

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 140

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

Ato da Presidência:

ATO DO PRESIDENTE Nº 01/2002

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e conforme o artigo 216, do Regimento Interno,

D E C L A R A :

constituída a Comissão Especial para ouvir o senhor procurador Fernando Augusto Mello Guimarães indicado para ocupar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, composta pelos senhores deputados Duílio Genari, Eli Ghellere, Plauto Miró Guimarães, Edson Strapasson e Nelson Tureck.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.11.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 092ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE NOVEMBRO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Antonio Carlos Belinati e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pesutti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos senhores deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos senhores deputados**)

27 senhores deputados responderam à chamada. Em votação a Ata.

Aprovada.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, há na Ordem do Dia um projeto de suma importância para a polícia científica e seria importante que esta Casa hoje pudesse votar este projeto.

Por isso, faço esta intervenção no sentido de dar tempo para que pelo menos mais dois parlamentares adentrem ao plenário para que tenhamos quórum para votar este projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já há quórum na Casa.

O SR. ALGACI TULIO

Completo-se vinte e oito?

A propósito, senhor presidente, faço um questionamento à Mesa, em relação ao requerimento de minha autoria, da última Sessão de quarta-feira, que trata da leitura do pedido de impeachment ao governador, V. Exa. encaminhou à Procuradoria?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encaminhei à Procuradoria e cobrei inclusive do procurador, hoje, a resposta à Mesa Executiva.

Amanhã deveremos ter, amanhã ou depois, porque esta presidência entende que sem o parecer da Procuradoria não pode ser lida neste Plenário.

O SR. ALGACI TÚLIO

Está bem, senhor presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 050/2002

Curitiba, 11 de novembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho do corrente ano.

A lei que se pretende modificar é a que dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná e as alterações propostas, consideradas necessárias para a implantação e funcionamento da referida Entidade deverão atingir, conforme estudos realizados, os artigos 17, 34 e 35, da mencionada lei complementar.

Tais alterações visam, basicamente, no caso do artigo 17, possibilitar ampliação do universo de escolha de membros da diretoria do Órgão, ensejando condições para, em situações especiais, haver escolha de pessoas dotadas de notória e comprovada experiência e prática para funções inerentes ao cargo em processo de provimento. No que respeita aos artigos 34 e 35, as modificações são no sentido de que as taxas de regulação venham instituídas pelo poder concedente federal, estadual ou municipal, assim como para previsão de aditamento dos atos de delegações já feitas, face definições de taxas instituídas e seu repasse pelos serviços da Agência.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O artigo 17 e seus incisos, da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17 - Os diretores da Agência deverão satisfazer as seguintes condições, sendo obrigatoriamente as três primeiras e preferencialmente a última:

I - ser brasileiro;

II - residir no Estado do Paraná durante o período de mandato;

III - possuir reputação ilibada e insuspeita idoneidade moral;

IV - possuir formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual será nomeado”.

Art. 2º - Os artigos 34 e 35, da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, suprimidos os respectivos parágrafos, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34 - Os serviços públicos, cuja regulação for atribuída à Agência, deverão ter sua delegação precedida da instituição da respectiva Taxa de Regulação pelo poder concedente federal, estadual ou municipal”.

“Art. 35 - A Taxa de Regulação para a prestação dos serviços públicos a serem prestados pela Agência, cuja delegação já tiver sido feita ao Estado do Paraná, será objeto de aditamento do Convênio de Delegação respectivo, para inclusão do repasse da referida taxa instituída pelo poder concedente”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SSEG/579/2002, do senhor governador do Estado, comunicando seu afastamento do País, no período compreendido entre 12 e 16 do corrente mês, com destino à Itália, a fim de, em Veneza, atendendo convite, proferir palestra sobre o tema “Autoridade Local e Regional na Conservação do Patrimônio Mundial”, no Congresso Internacional “Patrimônio Mundial 2002: Legado Compartilhado, Responsabilidade Comum”, organizado pela Unesco. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SSEG/574/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 487/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/575/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 164/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 344/2002, da senhora Mônica Messenberg Guimarães, secretária-executiva do FNDE, comunicando liberação de recursos financeiros a garantir execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 120/2002, do senhor José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferên-

cia de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, no valor de R\$13.210,00, sendo R\$9.050,00 para pagamento da Bolsa Criança Cidadã e R\$4.160,00 destinados à manutenção da Jornada Ampliada / Erradicação do Trabalho Infantil, do mês de agosto. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 120-A/02, do senhor José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, referentes ao Programa de Agente Jovem. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 123/2002, do senhor José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, destinado à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada e Abrigo/2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 138 e 142/2002, do senhor José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/PR, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2001 e 2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 003/2002, do senhor Otaviano Fabbri Ferraz, diretor-presidente da Paraná Investimentos S/A, encaminhando relatório de atividades da Paraná Investimentos S/A, relativo ao período de 01.04.2002 a 30.09.2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2472

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência, para os Projetos de Lei nºs 692/2001, que objetiva autorizar o Poder Executivo a incluir a feira do esporte, nas comemorações anuais da Semana da Cultura e do Esporte e 451/2002, que institui o programa diga não à violência em sua escola, ambos de minha autoria.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2485

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência, para tramitação da proposta de Emenda à Constituição nº

041/2001, de minha autoria, que visa dar nova redação aos incisos I e V do art. 75 da Constituição do Estado.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2486

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência, para tramitação do Projeto de Lei nº 604/2002, de minha autoria, que visa alterar a redação do artigo 10 da Lei nº 13667 de 05 de julho de 2002.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2487

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência, para tramitação do Projeto de Lei nº 632/2002, de minha autoria, que dispõe sobre alterações na Lei nº 12547/99.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2478

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão, fazendo com que o Item nº 08 (Projeto de Lei nº 658/2002, de autoria do Poder Executivo, que visa reestruturar, em caráter provisório, as carreiras da Polícia Científica, órgão da Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania) passe a figurar como item nº 01 de votação.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 2483

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER a retirada da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 10 Sessões, Projeto de Lei nº 047/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a repassar recursos do salário-educação aos municípios, retroativamente a janeiro/99.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Edson Strapasson

REQUERIMENTO Nº 2484

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, respeitosamente REQUER a retirada do Item 08 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 10 Sessões, Projeto de Lei nº 658/2002, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 044/2002, que reestrutura, em caráter provisório, as carreiras da Polícia Científica.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2458

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 536/2002, de sua autoria, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Terceira Idade “Vovô Feliz” Medianeira, com sede e foro no município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2481

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 698/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, por ter sido apresentado em duplicata.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2465

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a realização de Sessão Solene em comemoração a Data Nacional da Consciência Negra e dos Trezentos e Sete Anos da Imortalidade de Zumbi dos Palmares em 13 de dezembro às 17h00.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2467

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-ministro Dr. Amaury de Oliveira e Silva, ocorrido dia 17 de novembro/2002, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, nesta Capital, aos 78 anos de idade o advogado Amaury de Oliveira e Silva, que era natural da cidade de Rio Negro-PR.

Deixou viúva a Sra. Circe Bueno e Silva. Deixou ainda os filhos: Amaury de Oliveira e Silva Júnior, Moema Michaelis, Bernardo Bueno e Silva e Denise Bueno e Silva Bandeira.

O passamento do Dr. Amaury veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como de seu vasto círculo de amigos; dentre eles este parlamentar.

Amaury de Oliveira e Silva era formado pela Universidade Federal do Paraná, iniciando sua carreira política em Londrina, no Norte do Estado, na década de 50, sendo eleito vereador por duas vezes. Foi deputado estadual em 1954 e senador em 1962, pelo PTB. No ano seguinte assumiu o Ministério do Trabalho e da Previdência Social no Governo João Goulart, vindo a ser cassado e exilado em 1964. Viveu oito anos no Uruguai. Retornando a Curitiba, filiou-se ao MDB, abandonou a militância e foi nomeado procurador no Tribunal de Contas. Aposentou-se ainda nos anos 70.

Quando deputado estadual, participou das seguintes Comissões Legislativas: Constituição e Justiça; Agricultura, Indústria e Comércio; Terras, Colonização e Imigração; Orçamento e Tomada de Contas.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos, resta-nos, todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada a família, aos amigos e ao trabalho.

Fique certo, amigo dileto, de que permanecerá vivo em nossa memória e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Oliveira e Silva, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2468

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Ana Luiza Lima de Aguirra (dona Luiza), ocorrido dia 12 de novembro/2002, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 78 anos de idade faleceu, nesta Capital, a Sra. Ana Luiza Lima de Aguirra (dona Luiza) que era viúva do Sr. Antônio Ayres de Aguirra, e deixou 03 filhos, 13 netos e 02 bisnetos.

O passamento de dona Luiza veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este parlamentar.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada a família, aos parentes e amigos.

Fique certa, dona Luiza, que permanecerá viva em nossa memória e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Amigo é o bem mais precioso que o Criador nos presenteou e só agora o sentimos.

A passagem desta para a outra vida é mistério incompreensível para nós. Mas, é mistério de esperança, não de tristeza; mistério que dá sentido à nossa existência humana, ao nosso peregrinar e sofrer por este mundo.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Rogamos a Deus que nossos amigos, familiares de dona Luiza encontrem na fé e na esperança o consolo necessário nesta hora tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Lima de Aguirra, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando ao Todo Poderoso para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2470

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Irineu Antonio Helmich, ocorrido ontem, 12 de novembro de 2002, no município de Capanema.

Requer, ainda seja encaminhada cópia deste requerimento à família enlutada, na pessoa da viúva do extinto Lurdes Helmich, à Rua Padre Cirilo s/nº - CEP: 85760-000 - Capanema-PR.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Irineu Antonio Helmich, era sapateiro em Capanema, Estado do Paraná, casado e pai de três filhos. Foi filiado e membro do Diretório Municipal do PMDB de Capanema por mais de 30 anos.

Durante o período de exceção Antonio Helmich cerrou fileiras defendendo as causas da democracia como militante do velho MDB.

Antonio Sapateiro, como era carinhosamente chamado por seus inúmeros amigos, granjeados por sua enorme simpatia e bondade, faleceu ontem no município de Capanema vítima de um insidioso câncer que a tempos vinha lhe debilitando o organismo.

Por este requerimento, manifestamos nossas condolências e inteira solidariedade à família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 2479

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Maia, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Roberto Hinça, aos 63 anos de idade, ocorrido no dia 27.10.2002, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

José Roberto Hinça, nascido aos 18.01.1939, na cidade da Lapa-PR, filho de Antonio Hinça e Palmeira Baggio Hinça, casou-se com a Senhora Lindamir Hinça (filha de família tradicional da região do Bairro Umbará).

Foi radialista por quase 20 anos e, como funcionário público estadual, dedicou quase 20 anos de sua vida junto ao Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná - DER.

Deixou 05 filhos: José Antonio, Solange Terezi-nha, Sonia Aparecida, Soleni do Rocio e Joacir Roberto Hinça e 13 netos. Foi um homem trabalhador, deixou como exemplo sua dedicação ao trabalho, honestidade e lealdade.

José Roberto Hinça foi um esposo e pai dedicado, amigo leal, um exemplo de cidadão, gozava de grande respeito e carinho por todos os seus familiares e amigos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de José Roberto Hinça, enviando votos de profundo pesar ao Sr. Roberto Hinça e familiares, à Avenida Winston Churchill, nº 149 - Escritório 01 - Capão Raso - CEP: 81.130-000 - Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 2480

Senhor Presidente.

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Alexandre Souza Lopes, ocorrido no sábado, dia 09 de novembro de 2002 em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do Bairro de Santa Felicidade e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio de Alexandre Souza Lopes, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

Alexandre era casado com a Sra. Débora Cristina, filha do casal Severino e Natair Madalosso, da família colonizadora de Santa Felicidade e construtora de um dos maiores restaurantes do mundo.

Tal qual todos os Madalosso, Alexandre era ativo participante dos movimentos de consolidação e melhoria das condições de vida da região, tendo cimentado durante sua existência, vasto círculo de amizades.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória de Alexandre Souza Lopes.

REQUERIMENTO Nº 2488

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido do douto Plenário, que seja consignado nos Anais da Casa, voto de profundo pesar, pelo falecimento de Bruno Anderson Merlini de Albuquerque, ocorrido no último dia 16 de novembro de 2002 em acidente automobilístico.

É com imensa tristeza que prestamos nossa homenagem ao jovem de 21 anos de idade, Bruno Anderson, que faleceu em trágico acidente de carro na região noroeste. Filho do nosso querido prefeito municipal de Perobal, José Evangelista de Albuquerque e da senhora Valdete Maria Merlini de Albuquerque, o jovem rapaz deixará saudades no coração de todos aqueles que tiveram o privilégio de conhecê-lo.

À família enlutada pedimos à Deus que lhes dê o conforto e alivie um pouco desta dor, pois palavras jamais serão suficientes para apagar este momento difícil que a família está enfrentando pela ausência do seu querido filho.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado à família enlutada no seguinte endereço: Praça Curitiba, 1031 - CEP - 87538-000 - Perobal-PR.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2475

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido do douto Plenário, envio de votos de congratulações à Associação Brasileira de Odontologia, pela comemoração de seus 83 anos.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira de Odontologia-Paraná comemorou em data de 09 de novembro seus 83 anos de existência.

Em 1919, um grupo de 26 cirurgiões dentistas, pioneiros em uma profissão que era privilégio de poucos, criou a Sociedade Paranaense de Odontologia, cuja fundação deu-se em 09 de novembro de 1919. Em 1939, 20 anos depois, nascia a Associação dos Cirurgiões Dentistas do Paraná, resultante de uma fusão da Sociedade Odontológica com o Sindicato Odontológico do Paraná. Passaram-se 27 anos e em 1966, uma assembléia permanente que durou dez dias, transformou a Associação dos Cirurgiões Dentistas em Associação Brasileira de Odontologia-Seção Paraná, entidade que não parou de crescer.

De lá para cá muita coisa mudou.

Hoje a ABO-PR é uma das mais modernas e atuantes entre as congêneres espalhadas pelo País, graças ao desempenho das diretorias que se sucedem ao longo destes anos e o apoio dos profissionais da odontologia do Paraná.

Nos últimos anos a ABO-Paraná foi marcada por substanciais transformações. A aquisição de terrenos limítrofes que proporcionaram o aumento na sede que hoje abriga a parte administrativa e a Escola de Aperfeiçoamento.

A ABO-Paraná é atualmente modelo nacional em termos de organização funcional, onde são ofertados cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização, palestras e conferências científicas e de outras áreas. Estão abrigados na sede da ABO-Paraná também o Museu Odontológico e Academia Paranaense de Odontologia.

Pela comemoração de seus gloriosos 83 anos de fundação, receba a Associação Brasileira de Odontologia-Paraná (Rua Dias da Rocha Filho, 625 - Centro - Curitiba/PR), através de seus presidente, os votos de congratulações do Poder Legislativo.

REQUERIMENTO Nº 2476

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido do douto Plenário, envio de votos de congratulações ao Grupo Pela Vidda, pela comemoração de seus 12 anos de existência.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Pela Vidda está comemorando seus 12 anos de existência. Fundado em 1990, o Grupo Pela Valorização, Integração, Dignidade do Doente de Aids está integrado aos demais cinco grupos (Cascavel, Curitiba, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Região Metropolitana de Curitiba) que são ONG's privadas sem fins lucrativos e que realizam ações baseadas no trabalho voluntário, fundamentado na solidariedade.

É um grupo de pessoas vivendo com HIV/Aids, seus amigos e familiares, mas que não restringe a participação de pessoas soropositivas para o HIV. Organizou-se como uma entidade em defesa dos direitos humanos e suas existência é mantida por pessoas que se sentem motivadas a participar da luta pela cidadania. Já participaram das atividades do Grupo cerca de 20.000 pessoas permanentemente envolvidas com as atividades da entidade. Os objetivos iniciais do Grupo têm sido plenamente alcançados em todos estes anos de trabalho.

O Grupo Pela Vidda não está vinculado a nenhuma instituição de ordem religiosa, médica e terapêutica ou a polícia partidária. Ali considera-se fundamental o acompanhamento crítico das políticas governamentais em relação à saúde. Enquanto agente de uma visão de mundo, o Grupo Pela Vidda procura evidenciar a situação especí-

fica das pessoas com o HIV/Aids. Esta visão atrai imediatamente pessoas infectadas pelo vírus, atualmente 80% dos integrantes do Grupo. Procura-se preservar a identidade das pessoas que ali participam (não sendo confundido com clandestinidade), não sendo vetada a sua necessidade de expressão pública.

O Grupo mantém uma agenda semanal de atividade, além de fornecer informações através de impressos, boletins, carta, etc. e fornece também um serviço de atendimento telefônico. São promovidos debates, encontros, seminários e conferências para atualizar os conhecimentos sobre a doença e a epidemia. Mantém-se também na sede um serviço de orientação jurídica.

Pela importância do seu trabalho e pela comemoração de seus gloriosos 12 anos de existência, receba o Grupo Pela Vidda (Rua Carneiro Lobo, 35 - Água Verde - 80240-240 - Curitiba/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2477

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações à Empresa Gelopar, localizada no município de Araucária, pela comemoração de seus 30 anos de atividades.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Gelopar está comemorando seus 30 anos. Fundada em 1972 pelos irmãos Eli, Gerci e Valdir Volpato e o sócio Nivaldo Mariano Galdêncio, a fábrica de refrigeradores comerciais iniciou com 30 funcionários, ainda instalada na Capital do Estado. Na época a empresa produzia 100 refrigeradores ao mês destinados a bares, panificadoras, lanchonetes e sorveterias.

De lá para cá muita coisa mudou - a empresa cresceu e hoje é a maior empresa de refrigeração comercial da América Latina, possuindo um moderno complexo fabril em Araucária, num terreno de 72 mil m² e com 450 funcionários. Sua produção mensal atinge 4.500 refrigeradores e outros produtos como balcões frigoríficos, geladeiras comerciais, expositores, minicâmaras, sorveteiras, mesas-buffet, ilhas freezers, entre outras. A empresa vende ainda unidades especiais para redes institucionais e supermercados de pequeno e médio portes. E toda esta produção é feita com preocupação ecológica, já que os produtos são isentos de CFC (não agredem a camada de ozônio).

Pela comemoração de seus gloriosos 30 anos, receba a empresa Gelopar, através de seu diretor-presidente Gerci Volpato (Rua Dr. Eli Volpato, 250 - Chapada - Araucária-PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 706/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Fazenda, promoverá o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

§ 1º - O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados implicará na imediata exigência do saldo devedor, prevalecendo os benefícios desta lei somente no que se refere aos valores das parcelas pagas.

§ 2º - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$25,00 (vinte e cinco reais).

§ 3º - O disposto neste artigo não enseja a restituição ou compensação de pagamentos já efetuados.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

Considerando que os infratores têm a oportunidade de pagar as multas com desconto em datas determinadas, propomos que também seja concedida aos devedores a chance de quitar os débitos referentes a multas com o Tesouro Estadual em parcelas. O Estado do Paraná terá vantagens, pois a arrecadação de créditos duvidosos será ampliada.

Daí porque conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares para aprovação imediata desta lei, por tratar-se de uma justa medida que alcançará todos os paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 707/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a isentar da contribuição do imposto ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço), de mudas e plantas.

§ 1º - Entende-se como muda de planta, aquela destinada ao uso na agricultura que tenha sido retirada do viveiro para posterior plantação definitiva.

§ 2º - Esta isenção não alcança as saídas de plantas ornamentais de qualquer tipo.

Art. 2º - Esta lei de isenção terá validade até o dia 30 de abril de 2005.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.2002

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de Lei, com o objetivo de propor a minoração da carga tributária relativa ao ICMS incidente sobre mudas e plantas, não somente para recompor o poder competitivo como, também, integrar e incentivar dentro do território paranaense a cadeia produtiva, no setor de mudas e plantas destinada ao uso na agricultura, idêntica a leis existentes nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Justifica-se pela necessidade de manter ativo e com possibilidade de aumentar a produção de importante segmento da agricultura, protegendo inclusive, o emprego e gerando a maior arrecadação tributária ao Estado e municípios, num futuro muito próximo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição que sem dúvida alguma evitará a competição com os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que como dissemos estão amparados com leis semelhantes.

PROJETO DE LEI Nº 708/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar as armas apreendidas em ações policiais para a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do Paraná.

§ 1º - Caberá ao Poder Executivo através da Secretaria de Estado da Segurança Pública regulamentar o repasse das armas apreendidas em ações policiais que não estiveram devidamente registradas, para as Polícias Civil e Militar, da seguinte forma:

- 50% (cinquenta por cento) das armas apreendidas deverão ser repassadas a Polícia Civil;

II - 50% (cinquenta por cento) das armas apreendidas deverão ser repassadas a Polícia Militar.

§ 2º - O prazo para apresentação de recurso e regularização da armas apreendidas em ações policiais será de 30 (trinta) dias contados a partir da data da apreensão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.11.2002

(a) EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Com a situação deficitária, em que se encontra a Polícia Civil e a Polícia Militar, no que diz respeito a quantidade e modernidade dos armamentos que são usa-

dos no combate ao crime, se faz necessário um mecanismo para minimizar estes problemas.

A crise financeira abala praticamente todos os setores da sociedade e a segurança não está excluída deste contexto, e sofre com a falta de recursos para equipar as polícias, que sem alternativa tornam-se reféns do crime organizado.

Na busca por soluções imediatas, o presente projeto de lei tem por objetivo criar um mecanismo que possa aumentar significativamente o número de armas a disposição da segurança pública, aumentando assim a tranquilidade das famílias e de todos os paranaenses.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis

PROJETO DE LEI Nº 709/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 13232 de 19.07.2001, que criou a Ciretran de Marilândia do Sul, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - A área de abrangência da Ciretran de Marilândia do Sul, compreende os municípios de Marilândia do Sul, Califórnia, Mauá da Serra e Rio Bom”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.2002

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei, que ora proponho, tem por objetivo principal, atender a reivindicação dos moradores dos municípios de Marilândia do Sul, Califórnia, Mauá da Serra e Rio Bom, hoje com uma população de 25.000 habitantes e com uma frota de 5.200 veículos respectivamente, que solicitam a criação de uma Ciretran no município de Marilândia do Sul.

A criação da Ciretran no município de Marilândia do Sul, ajudará sobremaneira à população dos respectivos municípios que hoje precisam deslocar-se até o município de Apucarana, para solucionar problemas de regulamentação de documentação de seus veículos.

Saliento que os municípios de Califórnia, Mauá da Serra e Rio Bom, já pertencem à comarca de Marilândia do Sul, por este motivo, a criação da Ciretran no município de Marilândia do Sul, trará mais comodidade à população dos respectivos municípios, que passarão a contar com mais um serviço público.

Face ao exposto, considerando os benefícios que a criação da Ciretran trará aos municípios em epígrafe, solicito aos demais pares desta Casa de Leis, o apoio para aprovação do projeto em epígrafe.

PROJETO DE LEI Nº 710/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Liga Desportiva Paranaense, com sede e foro no município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua participação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Liga Desportiva Oeste Paranaense, que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada em 27.02.64, como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter assistencial, educacional e cultural, com sede e foro na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, estando devidamente registrada sob nº 42981, no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, do município de Umuarama, e cadastrada no CNPJ sob o nº 78.202.298/0001-00, estando em pleno funcionamento e em cumprimento às suas finalidades estatutárias.

A instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, e da saúde, além de outros programas de organização e desenvolvimento da comunidade, inclusive cursos profissionalizantes, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto, conforme relatório de atividade anexo.

Face ao exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 711/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Representação Popular - ARP, com sede e foro na cidade de Piraí do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Representação Popular - ARP, que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada em 28.06.91, como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de dura-

ção indeterminada, de caráter assistencial, educacional e cultural, com sede e foro na cidade de Piraí do Sul, Estado do Paraná, estando devidamente registrada sob nº 84,n do Livro 01 do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, da Comarca de Piraí do Sul, e cadastrada no CNPJ sob o nº 84.786.128/0001-12, estando em pleno funcionamento e em cumprimento às suas finalidades estatutárias.

A instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, e da saúde, além de outros programas de organização e desenvolvimento da comunidade, inclusive cursos profissionalizantes, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto, conforme relatório de atividade anexo.

Face ao exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 710/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Cristine - Asmojac, com sede e foro na comarca de Palmeira, deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Asmojac - Associação de Moradores do Jardim Cristine, entidade filantrópica, fundada em 23 de abril de 1985, com sede e foro na comarca de Palmeira, deste Estado, vem desenvolvendo através de sua atual diretoria, um excelente trabalho direcionado ao bem-estar dos seus associados e suas famílias, com diversas realizações.

Promovendo a união dos moradores do bairro do Jardim Cristine, apoiando suas legítimas aspirações e defendendo os seus interesses.

Estimulando o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores integrantes da Associação, desenvolvendo a melhoria das condições de vida dos mesmos.

Mantendo serviços assistenciais e/ou cooperativos, inclusive através de convênios com entidades públicas ou privadas, mantendo trabalhos de cultura, educação, saúde, lazer e comunitários em benefício dos associados e moradores do jardim Cristine.

Incentivo e facilitação ao despertar da consciência crítica dos associados à conservação do meio ambiente, bens públicos e particulares.

PROJETO DE LEI Nº 713/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Tecnológico de Transporte e Trânsito - ITT, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.11.2002.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A organização não governamental denominada Instituto Tecnológico de Transporte e Trânsito - ITT, é uma associação civil de direito privado e sem fins lucrativos, como especificado no artigo 4º de seu Estatuto Civil.

Fundado em 01 de dezembro de 1999 e com sede à Rua Emiliano Pernetá, 297, conj. 93, no centro da Capital, o Instituto tem como objetivos a promoção e realização de reuniões, cursos e seminários para a formação e aperfeiçoamento dos profissionais que atuam direta e indiretamente em área ligadas ao objeto de trabalho deste Instituto, compilação de dados estatísticos sobre transporte e trânsito de maneira geral, realização de pesquisas e estudos acerca do tema trânsito e transportes, elaborando projetos, propondo soluções e divulgando os resultados, entre outras atividades de igual importância.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para que possamos aprovar a presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tendo nenhum oradores inscrito no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PFL. Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, nobres pares, senhoras e senhores, deputados federais que nos visitam.

Com muita satisfação estamos hoje recebendo da Federação da Agricultura do Estado do Paraná o relatório das invasões de propriedades rurais do Estado do Paraná do ano de 2002. Aqui diz, no breve relatório: “No campo, a tranquilidade substitui a violência das invasões”. Este relatório foi apresentado e assinado pelo Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Paraná, Ágide Meneguette.

(**Lê**):

“O período abrangido pelo presente Relatório setembro de 2001 a setembro de 2002 caracterizou-se pela continuidade de ação governamental frente às invasões de terras, ou seja, o direito de propriedade foi preservado, sendo que qualquer tentativa de invasões foi, imediatamente repelida; a Secretaria de Segurança

Pública pelo emprego da Polícia Militar, determinava o restabelecimento da ordem. Foi a confirmação do “basta à impunidade”.

No decorrer de 2001 permanecem sem solução ainda 25 imóveis rurais objeto de antigas invasões, estando a maioria em fase de negociações com o Incra ou com processos judiciais implementados, os quais exigem o cumprimento dos prazos legais.

Pode-se afirmar que dos 33 imóveis que em setembro de 2001 encontram-se invadidos, hoje são 25, com as mesmas características de que em nenhum deles verificou-se qualquer ato arbitrário ou de violência resultante da ação policial quando da desocupação.

A FAEP, representante da categoria dos produtores rurais no Paraná, continua a entender que o comportamento das autoridades governamentais, particularmente as de governo do Estado, enquanto permanecer nos moldes praticados neste período será fundamental para atenuar e, até, coibir as invasões de propriedades rurais.

Porém, registre-se que é também entendimento da Federação da Agricultura que novas escaladas de violência poderão ser desencadeadas pelo MST, caso o governo federal, de uma vez por todas, não mude os rumos e a gestão deste processo de reforma agrária, o qual a cada dia demonstra sua incompatibilidade com a realidade rural brasileira.

Os produtores rurais do Paraná, mais uma vez, deixam bastante clara que com a tranquilidade no campo, o reflexo da produção é imediato, basta verificar os resultados da safra 2001/2002 falam por si mesmo e autorizam tal expectativa.

Outubro de 2002

ÁGIDE MENEGHETTE

Presidente da Federação da Agricultura do
Estado do Paraná”

Só para lembrar, em um exercício de memória, aqui quero render homenagem à nossa base ruralista que, quando aqui iniciamos este período legislativo de 1999-2002, no início de 1999, nós tínhamos 117 propriedades invadidas.

Um trabalho que começou com a liderança do nosso presidente, da Casa, Hermas Brandão, do nosso líder do PFL, deputado Plauto, do nosso vice-presidente, Elio Rusch, demais companheiros: Basílio Zanusso, Accorsi, Miltinho Pupio, Zucchinho, Duílio Genari, Edno Guimarães, Ribas Carli, Geraldo Cartário, Moisés Leônidas, Valdir Rossoni, Traiano e demais companheiros. Essa base ruralista fez com que o governo cumprisse os mandatos de reintegração de posse. Foi uma verdadeira batalha. Uma comissão se formou. Fomos às áreas invadidas e sensibilizamos o governo Jaime Lerner de que as medidas deveriam ser tomadas no sentido de restabelecer a ordem no campo. E o que aconteceu está aí? Os números falam mais alto: eram 117 propriedades invadidas em 1999 e hoje apenas 25, todas elas em processo de desapropriação.

Quero, com isso, parabenizar os nossos companheiros, agradecer ao Ágide Meneguette por ter mandado esse relatório. Estou me despedindo desta Casa, mas com certeza, a bancada ruralista continuará aqui presente dando o apoio ao governo, às autoridades, aos proprietários rurais, para que não hajam invasões, para que, claro, continue o programa de reforma agrária, mas esperamos que o mesmo seja desenvolvido num clima e paz, harmonia, de ordem, e que a propriedade produtiva seja respeitada, o direito de propriedade seja respeitado e que o Paraná continue sendo esse grande Estado produtor, o quarto Estado produtor de grãos do Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSDB, PTB, Liderança da Oposição, Liderança da Situação.

(**Todas declinam**).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2478 de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão, fazendo com que o item nº 08, passe a figurar como item nº 01 de votação. **Aprovado**.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 658/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/2002, que reestrutura, em caráter provisório, as carreiras da Polícia

Científica, órgão de Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. (Publ. no DA nº 129/2002, de 21.10.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 658/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, visa reestruturar, em caráter provisório, as carreiras da Polícia Científica, órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública, da Justiça e da Cidadania.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente em exercício
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 658/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, visa reestruturar, em caráter provisório, as carreiras da Polícia Científica, órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública, da Justiça e da Cidadania.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 658/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa reestruturar, em caráter provisório, as carreiras da Polícia Científica, órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública, da Justiça e da Cidadania.

Chamada esta Comissão de Segurança Pública a se manifestar, e após obter pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2484, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Retirado pelo autor.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu vou retirar o requerimento porque hoje é a primeira discussão.

Quero dizer, senhor presidente, que nós não somos contrários ao projeto de lei, apenas gostaríamos que os técnicos do novo governo fizessem uma análise nesta proposta para fazer uma discussão em cima deste assunto. Todavia, como está em primeira discussão, nós iremos votar favoravelmente ao requerimento para que amanhã possamos ter uma posição mais conclusiva em relação a este assunto.

Reiterando, deputado Hermas Brandão, que nós do PMDB não somos contrários a esta proposta, apenas queremos que os nossos técnicos fizessem uma avaliação da consequência da aprovação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o item 08 do Projeto de Lei nº 658/2002.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Apenas para chamar a atenção, houve um erro de redação por parte dos técnicos do governo, porque no artigo 2º, quando fala: artigos 89, 92, da Lei Complementar nº 89, leia-se Lei Complementar nº 14.

Então, como nós estamos votando hoje pela constitucionalidade e legalidade, vamos votar favoravelmente. Agora, é preciso que o deputado Fernando Ribas Carli faça contato com a Procuradoria do Estado no sentido de consertar a mensagem encaminhada, porque se não no momento da redação final vai dar alguma complicação.

Apenas este reparo, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação em primeira discussão o projeto. **Aprovado.**

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 237/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública, a APM do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida, do município de Mariluz, com sede e foro no mesmo município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PRPROJETO DE LEI Nº 237/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida - Ensino Fundamental, Médio e Pro-

fissional, com sede no município de Mariluz e foro no município Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 257/2002, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Leão e Vizinhança de Agudos do Sul, com sede em Agudos do Sul e foro no município de Fazenda Rio Grande.

Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
PRPROJETO DE LEI Nº 257/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores do Bairro do Leão e Vizinhança, com sede no município de Agudos do Sul e foro no município de Fazenda Rio Grande.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 478/2002, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, para a Prefeitura Municipal de Cafelândia. **Aprovado. (Publ. no DA nº 26/06/2002).**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a repassar recursos do salário-educação aos municípios, retroativamente a janeiro de 1.999, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do deputado Nereu Moura, com apoio do deputado Edson Strapasson, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 047/2001.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/2002, de autoria do deputado Sergio Spada, que altera a Lei nº 13.452,

que dispõe sobre a manutenção de preservativos em hotéis e motéis do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/2000, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza o Poder Executivo a instalação de Centros de Condutores pelo Detran, para qualificação de condutores, gratuitamente. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM PARECER CONTRÁRIO DA SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 56/2000, de 22/05/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 158/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instalação de Centros de Formação de Condutores pelo Detran, para qualificação de condutores, gratuitamente.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 158/2000

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, autoriza o Poder Executivo a instalar Centros de Formação de Condutores pelo Detran, para a qualificação de condutores, gratuitamente.

Fundamentação

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto.

Esta Comissão de Segurança Pública, à qual compete a análise de mérito, manifesta-se contrariamente à medida proposta, tendo em vista que a proposição trará inúmeros prejuízos às autos-escolas instaladas em nosso Estado.

Saliente-se, ainda, que os órgãos responsáveis para disciplinar tal matéria são: Contran- Conselho Nacional de Trânsito, que é o órgão máximo normativo e coordenador da Política e do Sistema Nacional de Trânsito; e o Denatran - Departamento Nacional de Trânsito, órgão máximo executivo do Sistema Nacional de Trânsito, com autonomia administrativa e técnica, e jurisdição sobre todo o território nacional.

Conclusão

Pelo exposto, somos compelidos a emitir parecer contrário ao referido plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(a) RICARDO CHAB - Presidente e Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/2002, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão especial, área no município de Curitiba utilizada pela escola Estadual Maria Balbina Costa Dias, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2002, de 16/09/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 629/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão especial, área no município de Curitiba utilizada pela escola Estadual Maria Balbina Costa Dias, conforme específica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 629/2002

P A R E C E R :

Em atendimento ao artigo 33, inciso 6º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações manifesta-se acerca do Projeto de Lei nº 629/2002, de iniciativa do Poder Executivo Estadual, Mensagem nº 037/2002.

O projeto em tela visa autorizar o Poder Executivo Estadual a efetuar cessão de uso de área de 10.560.00 m2, situada à Avenida Konrad Adenauer, bairro Tarumã - município e comarca de Curitiba - Paraná para a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, pelo prazo de cinco anos, conforme específica, tendo recebido parecer favorável à sua aprovação, da Comissão de Constituição e Justiça, nos aspectos inerentes à análise que lhes compete.

Chamada esta Comissão a se manifestar, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 629/2002, seguindo sua tramitação normal.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.2002.

(a) EDSON STRAPASSON - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2457, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente de Sessão anterior - Em discussão.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2465, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Quero alterar ao deputado Orlando Pessuti que deverá ser a última Sessão da Casa nesse dia e, provavelmente, nós teremos diversas Sessões. Se pudesse antecipar, deputado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Eu vou verificar com a Coordenação do Movimento Negro para ver se nós conseguimos antecipar para terça ou quarta-feira desta semana, já que V. Exa. tem razão. No dia 13, possivelmente, nós já estejamos com os trabalhos encerrados.

Adia-se para amanhã, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 2458, de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2467 e 2468, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2470, de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2472, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2475 a 2477, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 2479, de autoria do deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2480, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2481, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2488, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2485, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Indeferido.**

O SR. NEREU MOURA

Para discutir.

O SR. DURVAL AMARAL

Regime de Urgência, senhor presidente, não cabe adiamento para discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

E Emenda também à discussão, não cabe regime de urgência.

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimentos nºs 2486 e 2487, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Retirados pelo autor.**

O SR. NEREU MOURA

Essa matéria versa sobre o quê senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Alteração do artigo 10 da Lei nº 13.667 de 05 de julho de 2002.

O SR. NEREU MOURA

Gostaria de saber qual é a lei que o deputado quer tramitar com urgência aqui na Casa.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, trata-se do projeto que procura regularizar a situação dos engenheiros do Decon, haja vista que no reenquadramento dos engenheiros do DER estava prevista a inclusão dos engenheiros do Decon e eles ficaram excluídos, razão pela qual estou pedindo e requerendo a urgência dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou fazer um apelo ao Plenário que, quando pedir regime de urgência, anexar o projeto de lei em que solicita regime de urgência.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, é uma matéria de interesse de todos nós. O governo Lerner teve 8 anos para regulamentar isso para enquadrar os funcionários, e faltando um mês para o governo, aí se requer regime de urgência. Creio que seria de bom alvitre que esses assuntos fossem tratados pelo próximo governo.

De forma que eu solicito ao nobre deputado Durval Amaral, ele que é o líder do Governo Lerner aqui nesta Casa, para que pudéssemos encaminhar esses assuntos sob a tutela já do novo governo que o povo do Paraná elegeu nas urnas no dia 27 de outubro, a fim de que possamos fazer as coisas de forma mais tranqüila, transparente, e que atenda os interesses do povo do nosso Estado.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, só para atender o apelo do nobre deputado Nereu Moura; é coerente.

Então, neste momento retiro o pedido de urgência em nome do bom senso até porque nós esperamos que essa expectativa dos engenheiros da Secretaria de Obras do Decon possa ser solucionada na maior brevidade de tempo possível e não queremos efetivamente polemizar em cima desta questão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Da mesma forma, V. Exa. retira outro requerimento de pedido de urgência também?

O SR. DURVAL AMARAL

Retiro, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

Quero agradecer, senhor presidente, a boa vontade do líder do Governo, deputado Durval Amaral, que dá uma manifestação de grandeza aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 158/2000, 629 e 658/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 666, 668, 669, 677, 680, 681, 685 e 686/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
COMISSÃO DE REDAÇÃO
ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 106, 114, 334 e 617/2002, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e

aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO ESPECIAL PARA OPINAR SOBRE A
INDICAÇÃO DO DOUTOR FERNANDO AUGUSTO
DE MELLO GUIMARÃES PARA CONSELHEIRO DO
TRIBUNAL DE CONTAS

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dois, no gabinete da Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta Comissão que irá opinar sobre a indicação do doutor Fernando Augusto Mello Guimarães para ocupar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, com o fim específico de instalar a comissão e eleger presidente e vice-presidente da mesma, presidida na forma regimental pelo deputado Elio Rusch, 1º vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão e passou, em seguida, para eleição, quando foram eleitos os senhores deputados Duílio Genari e Eli Ghellere para presidente e vice-presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o deputado Duílio Genari agradeceu a especial deferência de seus pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ELI GHELLERE, EDSON STRAPASSON,
DUÍLIO GENARI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES,
NELSON TURECK

Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO ESPECIAL
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dois, reuniram-se os membros da Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 01/2002, de 11 de novembro de 2002, para ouvir o senhor procurador Fernando Augusto Mello Guimarães, indicado para ocupar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, sob a presidência do deputado Duílio Genari e contando com as presenças dos deputados Plauto Miró Guimarães, Eli Ghellere, Edson Strapasson e José Maria Ferreira. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor procurador Fernando Augusto Mello Guimarães para suas considerações iniciais. Na sequência os demais membros formularam vários questionamentos ao senhor procurador, conforme notas taquigráficas em anexo. Finalmente,

o senhor deputado Plauto Miró Guimarães, indicado para a função de relator pelo senhor presidente, apresentou parecer favorável à indicação do senhor procurador Fernando Augusto Mello Guimarães. O relatório foi colocado em votação e foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

Balancete:

OFÍCIO Nº 28/2002

Curitiba, 07 de novembro de 2002.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de OUTUBRO/2002, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Outubro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/10/2002
MÊS: Outubro	Exercício: 2002	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	11.210.000,00	106.750.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	11.210.000,00	106.750.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	200.000,00	1.110.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00	1.110.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	11.410.000,00	107.860.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	216.148,10	13.807.158,43
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	216.148,10	13.807.158,43
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	216.148,10	13.807.158,43
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	7.578.026,51	14.283.497,73
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	7.578.026,51	14.283.497,73
TOTAL	19.204.174,61	135.950.656,16

BALANCETE FINANCEIRO MÊS:Outubro ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Outubro Exercício: 2002	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/10/2002
---	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	12.603.206,24	103.140.809,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.070.494,78	86.464.365,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.532.711,46	16.676.444,17
DESPESAS DE CAPITAL	143.047,55	963.924,00
INVESTIMENTOS	143.047,55	963.924,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	12.746.253,79	104.104.733,28
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
RESTOS A PAGAR	0,00	534.762,28
PAGAMENTOS	0,00	534.762,28
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	114.000,00	24.967.239,78
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	114.000,00	24.967.239,78
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	114.000,00	25.502.002,06
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	6.343.920,82	6.343.920,82
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	6.343.920,82	6.343.920,82
TOTAL	19.204.174,61	135.950.656,16

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade